



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Relatório da administração

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Senhores acionistas,

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras (Demonstrações) da **Icatu Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A Companhia é controlada integralmente pela Icatu Seguros S.A. Nessas Demonstrações, a Icatu Capitalização S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A., suas controladas e coligadas.

2. Desastre natural de alojamento em municípios do Estado do Rio Grande do Sul

A tragédia que abateu o Estado do Rio Grande do Sul trouxe danos consideráveis à economia, como a redução no turismo e na atividade industrial.

Diante deste cenário, o Grupo Icatu deliberou sobre diversas ações com propósito de prevenir e mitigar os riscos relacionados ao bem-estar dos nossos funcionários e familiares, clientes, corretores, parceiros e acionistas, assim como na preservação de níveis de adequados de liquidez e solvência e na garantia da sustentabilidade da nossa operação. Dentre as ações, podemos citar as principais flexibilizações adotadas:

Capitalização	<ul style="list-style-type: none"> Priorização dos processos de resgate das regiões afetadas; Flexibilização de regras para resgate; Flexibilização de documentação para resgate por morte.
Atendimento	<ul style="list-style-type: none"> Criação de canal de atendimento emergencial (priorização usando a opção 0 da URA de atendimento do CRC).

2.1. Medidas de natureza prudencial e de manutenção da solvência

No que tange à eventual exposição a risco, não temos em nossa carteira de Capitalização produtos que possuem cobertura atrelada aos eventos ocorridos. No entanto, vale ressaltar que os impactos causados pelos alojamentos prejudicaram as redes de distribuição e a infraestrutura, influenciando a economia local.

É importante salientar que, preventivamente, a Companhia procedeu com algumas simulações de cenários, cujos indicadores não apontaram impacto no índice de solvência (patrimônio líquido ajustado - PLA em excesso ao capital mínimo requerido - CMR).

Em dezembro de 2024, último mês de apuração dos indicadores, observou-se um excesso de solvência de R\$ 33.525 (R\$ 77.595 em 31 de dezembro de 2023), o que representa um índice de solvência de PLA/CMR de 154% (176% em 31 de dezembro de 2023). Considerando o risco aceito pela Companhia, em nível global, é de 111% (cento e onze por cento), resta evidenciado, portanto, que o evento não representa preocupação no que diz respeito à manutenção da solvência da Companhia.

Destaca-se ainda, que em dezembro de 2024, a Companhia possuía como alguns garantidores mensurados a valor justo, o valor aproximado de R\$ 2.723.013 (R\$ 2.807.904 em 31 de dezembro de 2023), ao passo que a necessidade de cobertura de provisões representava a quantia de aproximadamente R\$ 2.643.382 (R\$ 2.592.624 em 31 de dezembro de 2023), indicando, assim, um excesso de R\$ 79.631 (R\$ 215.280 em 31 de dezembro de 2023). Além disso, cabe mencionar que 85% (oitenta e cinco por cento) dos ativos garantidores são compostos por títulos soberanos com alta liquidez (NTN-Bs e LFTs) e operações compromissadas lastreadas em títulos públicos de 1 (um) dia.

2.3. Ações de solidariedade do Grupo Icatu

O Grupo Icatu, além de ações voltadas para colaboradores, clientes, corretores e parceiros da região, doou recursos expressivos, alçou esforços e mobilizou parceiros. O Grupo Icatu também sensibilizou suas redes de relacionamento para realizar doações e realizou um de nossos principais eventos anuais, que reúne os maiores líderes do mercado brasileiro, em Gramado. Com isso, trouxe para o Rio Grande do Sul os

recursos necessários para a realização do evento, visando fortalecer a economia local e auxiliar a retomada da normalidade. Este é o compromisso de nosso grupo empresarial 100% brasileiro, que busca praticar a empatia com seus colaboradores, clientes, corretores e parceiros.

3. Desempenho das operações de capitalização

3.1 Operação e patrimônio

Durante o ano de 2024, a receita com títulos de capitalização da Companhia foi de R\$ 1.960.538 (R\$ 1.857.545 em 2023), representando um aumento de 5,54%. O resultado com as operações de capitalização foi de R\$ 224.932 (R\$ 151.249 em 2023), representando um aumento de 48,72%. O resultado com sorteios foi de R\$ 92.730 (R\$ 78.234 em 2023), 4,73% da receita com títulos de capitalização (4,21% no ano de 2023), e os custos de aquisição foram de R\$ 137.438 (R\$ 141.529 no ano de 2023), representando 7,01% da receita com títulos de capitalização (7,61% no ano de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia atingiu um ativo total de R\$ 3.033.419 (R\$ 3.050.863 em 31 de dezembro de 2023), representando uma redução de 0,57%. O patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2024, atingiu o montante de R\$ 227.635 (R\$ 286.263 em 31 de dezembro de 2023), representando uma redução de 20,48%.

3.2. Despesas administrativas

No ano de 2024, as despesas administrativas foram de R\$ 189.407 (R\$ 199.431 no ano de 2023), representando 5,03% de redução no ano. Como percentual da receita com títulos de capitalização, as despesas administrativas representavam 9,66%, em 2024 e 10,72% em 2023. A redução das despesas administrativas segue um esforço da Companhia para melhorar a eficiência operacional. A Companhia seguiu investindo na atualização dos seus sistemas e na customização para atendimento a parceiros, bem como investindo em projetos como a implementação do *Open Insurance*, o Sistema de Registro de Operações (SRO), entre outros.

3.3. Resultado financeiro e solvência

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras foram de R\$ 145.957 em 2024 (R\$ 150.614 no ano de 2023) representando uma redução de 3,09%, sendo 7,44% da receita de títulos de capitalização no ano (8,10% no ano de 2023).

A redução do resultado financeiro, está relacionado principalmente à SELIC efetiva inferior em 2024, afetando o rendimento dos ativos pós-fixados.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e todas as suas alterações posteriores. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 79.631, em 2024, e apresenta 154% de suficiência de capital.

4. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 25% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social. A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2024	2023
Lucro líquido no ano	84.830	45.624
Constituição de reserva legal	(4.242)	(2.281)
Base para distribuição de dividendos	80.588	43.343
Dividendos pagos e propostos no exercício	134.488	10.836
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	166,88%	25,00%
Destinação à Reserva legal	4.242	2.281
Destinação à Reserva de lucros	16.558	32.507

Nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2024 e de 2023.

5. ASG – Ambiental, Social e Governança

A atenção com a sustentabilidade e com o bem-estar social são intrínsecas aos negócios do Grupo Icatu. Nosso propósito é oferecer tranquilidade financeira para que nossos mais de 10 milhões clientes e suas famílias possam aproveitar todas as fases de sua vida. Nossos produtos conferem estabilidade social e econômica, especialmente em momentos críticos. Em 2022, com a publicação da Circular SUSEP nº 666, a Jornada ASG no Grupo Icatu ganhou força. O primeiro passo foi entender a nossa materialidade e definir os temas prioritários para o Grupo Icatu:

Governança, ética e conduta profissional - Adotamos uma gestão ética e transparente. Nossas ações são sempre pautadas pela honestidade, solidez e proteção ao cliente. Buscamos integrar e alinhar cada vez mais as questões socioambientais em nossa gestão de riscos, práticas e processos, na construção contínua da Jornada ASG do Grupo Icatu.

Pessoas – desenvolvimento, proteção dos direitos humanos, diversidade e inclusão - Promovemos um ambiente saudável, colaborativo, que estimule o desenvolvimento, a inclusão e o respeito à diversidade em todos os níveis no time e liderança bem como a proteção dos direitos humanos em toda nossa cadeia.

Inovação - As inovações e tecnologias no setor de seguros podem contribuir com a sustentabilidade através do desenvolvimento de produtos, utilização de sistemas, composição de coberturas e assistências diferenciadas.

Responsabilidade social - Exercemos nossa responsabilidade social sob diversos aspectos, desde o valor agregado de nossos produtos, o apoio a projetos sociais e à promoção da educação em seguros/financeira para a sociedade.

Meio ambiente e riscos climáticos - Atuamos para minimizar o consumo de recursos naturais e combustíveis fósseis, além de considerar os riscos de sustentabilidade, bem como eventos que tenham potencial de impactar as operações no mercado de seguros, em nossa política de riscos.

O entendimento da materialidade foi essencial para publicarmos nossa política de sustentabilidade e para mapearmos os riscos ASG. Em fevereiro de 2024, os riscos de sustentabilidade foram integrados ao Sistema de Controles Internos (SCI) e à Estrutura de Gestão de Riscos (EGR).

Também em 2024, além das ações que já fazem parte dos produtos e da operação e podem ser observadas também pela ótica de ASG, iniciamos ações importantes para a Jornada. Por exemplo, a conscientização dos públicos internos sobre assuntos ligados à sustentabilidade, programa Inclusive (inclusão de Pessoas Com Deficiências - PCDs), patrocínio da Organização Não Governamental - ONG 42 Rio, ações de doação para as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul (RS) e para projetos sociais das comunidades do entorno da sede da Icatu e campanha de diminuição do uso de plástico. Além disso, também implementamos procedimentos para análise de fornecedores que solicitam cadastro e de clientes novos de seguro de vida em grupo em relação a crimes ambientais e inserção em listas restritivas de trabalho escravo ou infantil, demonstrando a preocupação do Grupo Icatu com a sua cadeia de valor.

No ano de 2024, a Companhia retornou à sociedade, R\$ 1.589.973 em resgates (R\$ 1.470.040 em 2023), R\$ 74.280 em sorteios (R\$ 64.045 no ano de 2023), R\$ 115.797 (R\$ 122.084 no ano de 2023) em verbas salariais aos colaboradores, R\$ 19.241 (R\$ 28.090 no ano de 2023) pagos a serviços terceirizados, além de R\$ 20.715 (R\$ 17.907 no ano de 2023) em tributos indiretos, R\$ 51.821 (R\$ 8.436 no ano de 2023) em tributos diretos. Em 2025, lançaremos o primeiro Relatório de Sustentabilidade. Além disso, estão previstas ações que aprofundam o trabalho já realizado em todos os cinco temas materiais definidos pelo Grupo Icatu, incluindo o aumento da conscientização de todos os públicos de interesse para que nossas escolhas como pessoas, colaboradores, líderes e cidadãos construam um futuro melhor para todos. Estaremos sempre atentos às melhores práticas de governança, à ética, a conformidade com a legislação, bem como às melhores práticas de mercado com vistas ao bem-estar coletivo.

O trabalho do Grupo Icatu, com vistas para a capital humano, proporcionou ao Grupo Icatu figurar pela décima vez consecutiva no *Ranking Great Place to Work (GPTW) 2024*, como uma das melhores empresas para trabalhar, com sede no Rio de Janeiro.

6. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes Ltda. presta serviços para o Grupo Icatu e os valores contratuais para o ano de 2024, brutos de tributos, totalizam R\$ 2.375 (R\$ 2.283 em 2023), referentes à auditoria das demonstrações financeiras e assecuração limitada, requeridos pelo órgão regulador.

7. Agradecimentos

A Icatu Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus funcionários, parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

A Administração.

Balancos patrimoniais para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVO		
CIRCULANTE	2.484.988	2.620.950
Disponível	12.795	12.874
Caixa e bancos	12.795	12.874
Equivalente de caixa	Nota 5	4.714
Aplicações	Nota 5	2.396.727
Créditos das operações de capitalização	22	22
Outros créditos operacionais	Nota 6	27.598
Títulos e créditos a receber	26.588	26.936
Títulos e créditos a receber	85	-
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.1	25.405
Outros créditos	1.098	1.253
Despesas antecipadas	2	114
Custos de aquisição diferidos	Nota 8	16.542
Capitalização	16.542	23.342
ATIVO NÃO CIRCULANTE	548.431	429.913
Realizável a longo prazo	495.745	382.721
Aplicações	Nota 5	395.815
Títulos e créditos a receber	97.309	80.722
Créditos tributários e previdenciários	Nota 7.2	34.411
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 16.3	62.898
Outros valores e bens	2.597	3.302
Ativos de direitos de uso	2.597	3.302
Empréstimos e depósitos compulsórios	24	-
Imobilizado	6	63
Bens móveis	6	7
Outras imobilizações	28	56
Intangível	Nota 9	52.652
Ágio na transferência de carteira	5.178	6.180
Outros intangíveis	47.474	40.949
TOTAL DO ATIVO	3.033.419	3.050.863

	31/12/2024	31/12/2023
PASSIVO		
CIRCULANTE	2.741.556	2.703.169
Contas a pagar	66.029	76.027
Obrigações a pagar	Nota 11	36.865
Impostos e encargos sociais a recolher	7.250	5.391
Encargos trabalhistas	Nota 10	17.588
Impostos e contribuições	3.435	5.190
Outras contas a pagar	891	1.155
Débitos de operações com capitalização	Nota 12	27.857
Depósitos de terceiros	Nota 13	3.440
Provisões técnicas - capitalização	Nota 14	2.643.382
Provisão para resgates	2.521.405	2.422.583
Provisão para sorteio	120.114	162.981
Provisão para despesas administrativas	-	7.060
Outras Provisões	1.863	-
Outros débitos	1.048	942
Débitos diversos	1.048	942
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	64.228	61.431
Contas a pagar	56.504	55.272
Obrigações a pagar	Nota 11	7.329
Outras contas a pagar	Nota 16.2	49.175
Outros débitos	6.119	3.751
Provisões judiciais	Nota 16.1	6.119
Débitos diversos	1.605	2.408
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 17	227.635
Capital social	211.484	211.484
Reservas de lucros	23.782	74.736
Ajustes de avaliação patrimonial	(7.631)	43
Lucros acumulados	-	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.033.419	3.050.863

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com títulos de capitalização*	1.960.538	1.857.545
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio*	Nota 21.1	1.679.938
Contribuição - Quotas de carregamento*	Nota 21.1	274.108
Variação da provisão para receita diferida*	Nota 21.1	6.492
Variação das provisões de resgates*	Nota 21.2	(1.596.700)
Variação da provisão de sorteios	Nota 21.3	(92.730)
Custos de aquisição	Nota 21.4	(137.438)
Outras receitas e despesas operacionais	Nota 21.5	91.262
Outras receitas operacionais	116.036	59.005
Outras despesas operacionais	(24.774)	(25.065)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	224.932	151.249
Despesas administrativas	Nota 21.6	(189.407)
Pessoal próprio	(115.797)	(122.085)
Serviços de terceiros	(19.241)	(28.090)
Localização e funcionamento	(42.458)	(37.304)
Publicidade e propaganda	(10.086)	(11.128)
Publicações	(78)	(61)
Donativos e contribuições	(1.557)	(390)
Despesas administrativas diversas	(190)	(373)
Despesas com tributos	Nota 21.7	(21.685)
Resultado financeiro	Nota 21.8	145.957
Receitas financeiras	298.086	327.759
Despesas financeiras	(152.129)	(177.145)
RESULTADO OPERACIONAL	159.797	76.089
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	159.797	76.089
Imposto de renda	Nota 22	(30.143)
Contribuição social	Nota 22	(20.708)
Participações sobre o lucro	Nota 22	(24.116)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	84.830	45.624
Quantidade de ações	810.894.586	810.894.586
Lucro líquido do exercício por ação - R\$	0,10	0,06

*Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.16.1.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	31/12/2024	31/12/2023
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	84.830	45.624
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	7.674	1.875
Ajuste a valor justo de ativos financeiros mensurados ao VJORA	12.792	3.125
Efeito dos tributos - IRPJ E CSLL	(5.118)	(1.250)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	92.504	47.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais)

	31/12/2024	31/12/2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	84.830	45.624
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	4.782	4.426
Despesa com juros	43	89
Variação dos passivos financeiros - Capitalização	1.715.010	1.701.473
Variação de impostos sobre o lucro	40.407	12.471
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(4.074)	(221.933)
Créditos das operações com capitalização	-	7.277
Créditos fiscais e previdenciários	278	(3.787)
Ativo fiscal diferido	(7.774)	6.8


ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
 CNPJ 74.267.170/0001-73

 www.icatuseguros.com.br
 Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
 Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva estatutária	Reserva especial para dividendos			
Saldos em 1º de janeiro de 2023	201.484	1.997	28.463	9.488	(1.832)	-	239.600
Aumento de capital aprovado em AGE em 31/01/2023 - Portaria SUSEP/CGRAJ Nº 1369	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Próprios	-	-	-	-	1.875	-	1.875
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	45.624	45.624
Distribuição do lucro líquido:							
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(10.836)	(10.836)
Constituição de reserva legal	-	2.281	-	-	-	(2.281)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	32.507	-	-	(32.507)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	211.484	4.278	60.970	9.488	43	-	286.263
Saldos em 1º de janeiro de 2024	211.484	4.278	60.970	9.488	43	-	286.263
Ajustes com títulos e valores mobiliários - Próprios	-	-	-	-	(7.674)	-	(7.674)
Ajuste ref. a mudança de prática contábil	-	-	(1.296)	-	-	-	(1.296)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	84.830	84.830
Distribuição do lucro líquido:							
Distribuição de dividendos intermediários - AGO 28/03/2024	-	-	-	(9.488)	-	-	(9.488)
Distribuição de dividendos intermediários - AGE 09/07/2024	-	-	(60.970)	-	-	(39.030)	(100.000)
Distribuição de dividendos intermediários - AGE 17/12/2024	-	-	-	-	-	(25.000)	(25.000)
Constituição de reserva legal	-	4.242	-	-	-	(4.242)	-
Constituição de reserva estatutária	-	-	16.558	-	-	(16.558)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	211.484	8.520	15.262	-	(7.631)	-	227.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)
1. Contexto operacional

A Icatu Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate à Avenida Oscar Niemeyer, 2.000, 18º aos 21º andares, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e que tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

Essas demonstrações financeiras (Demonstrações) são individuais e a Icatu Capitalização S.A. é aqui tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Icatu" ou "Grupo Icatu" é usado para tratar o conjunto formado pela Companhia e suas controladas.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente. A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. é controlada em última instância pelo Grupo Icatu.

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 e a Circular SUSEP nº 648, ambas de 12 de novembro de 2021, e suas alterações posteriores, sendo esta última que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 25 de fevereiro de 2025.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, e/ou determinações da SUSEP, exceto quanto aos seguintes itens, que são reconhecidos à valor justo:

- Equivalente de caixa (notas 3.3 e 4.1.1).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) (3.4.1.3 e 5.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 3.4.1.2 e 5.2).
- Instrumentos financeiros derivativos (nota 5.6).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (notas 3.12 e 16).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

3.1. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

Uma parte da receita é reconhecida no pagamento ou com a informação de pagamento da contribuição pelo subscritor (quota de capitalização e sorteio) e a receita do carregamento é reconhecida conforme o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio (quota de carregamento).

Os fatos geradores da receita para as operações de capitalização são:

- O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e
- O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

As correspondentes provisões técnicas são constituídas simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.2. Balanço patrimonial

• A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante, o montante que ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

• Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

• Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou aqueles definidos em leis específicas.

• Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.

• Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024, o caixa e equivalentes de caixa eram de R\$ 17.509 (R\$ 49.913 em 31 de dezembro de 2023). São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

3.4. Instrumentos financeiros**3.4.1. Mensuração e classificação**

A Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do CPC 48 - Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como a Companhia faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.4.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período.

3.4.1.2. Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estejam disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

3.4.1.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.5. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "resultado financeiro". Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis são atualizados monetariamente pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

3.6. Redução ao valor recuperável**3.6.1. Ativos financeiros**

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, o Grupo Icatu deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, o Grupo deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, o Grupo deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.6.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

As perdas por redução ao valor recuperável para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

A Companhia avalia semestralmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de analisar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2024 não houve indícios que os ativos não financeiros não seriam recuperados.

3.7. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "ativo de direito de uso"; pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida ao "passivo de arrendamento"; segregado entre circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco da Companhia, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para as seguradoras, pelas limitações específicas do negócio da Companhia, ficamos com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizamos como *rating*, um grau de investimento para o Grupo Icatu, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA.
- Utilizamos o *Capital Rate* do imóvel da matriz como *spread*.
- Levamos em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do ativo de direito de uso é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato.

Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são registrados inicialmente, pelo custo de aquisição ou pelo valor apurado por meio de avaliação técnica e são amortizados ao longo da sua vida útil econômica, sendo avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo.

A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil de cinco anos, à taxa de 20% a.a., para os gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares de uso interno são amortizados de acordo com a vigência prevista em contrato. O ágio na transferência de carteira da Sulacap é amortizado à taxa de 10% ao ano. Os gastos subsequentes são capitalizados apenas quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos são reconhecidos no resultado, conforme incorridos.

O período e o método de amortização para os ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de ajustes no período ou método de amortização, conforme o caso, e são tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na rubrica "despesas administrativas"; no resultado. Ganhos e perdas resultantes da venda de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da negociação e o seu valor contábil residual (custo, líquido da redução ao valor recuperável, menos amortização) e são reconhecidos, líquidos dos custos de transação, na rubrica "resultado patrimonial", no momento da baixa do ativo.

3.9. Benefícios a Empregados

Através do plano de contribuição variável a Companhia efetua contribuição fixa para uma entidade ligada (Icatu FMP - Icatu Fundo Futuro patrocinado). Onde as contribuições são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados, no resultado do período.

Adicionalmente, a Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados (PLR), como uma das parcelas de remuneração variável e que está condicionada ao atingimento dos indicadores de negócios e a avaliação do desempenho individual dos funcionários. No programa, associamos duas modalidades de incentivos, sendo: (i) incentivo de curto prazo, onde se privilegia entregas diretas e associadas às metas projetadas para o ano e (ii) incentivo de longo prazo, que se refere a uma parcela que compõe a estrutura de remuneração dos executivos, premiando o nível de contribuição individual no crescimento e sustentabilidade do negócio no longo prazo. O programa de longo prazo prevê a remuneração diferida em cinco anos e duração máxima de sete anos. A metodologia utilizada leva em consideração para a remuneração de curto prazo, o Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda (LAIR) e os medidores de eficiência do negócio, estabelecidos para o exercício. A remuneração de longo prazo leva em consideração (i) indexadores de negócios *scorecard* da Companhia e (ii) variação do patrimônio líquido.

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, vale-transporte, vales refeição e alimentação e treinamento profissional, citando os mais relevantes, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período, à medida que são incorridos.

3.10. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.10.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

3.11. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto/2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro/2024, passamos a adotar a atualização prevista na Lei 14.905/2024.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "provisões Judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial, estão contabilizadas na rubrica "outras contas a pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

3.12. Provisões técnicas**3.12.1. Provisão matemática para capitalização (PMC)**

A provisão representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das cotas de sorteio e de carregamento, quando previstos, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.12.2. Provisão para distribuição de bônus (PDB)

A provisão é constituída para a distribuição dos bônus ainda não devidos, quando previstos, considerando a cota de bônus e acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção do plano aprovado.

3.12.3. Provisão para resgates (PR)

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do cálculo, incluída a parcela correspondente à distribuição de bônus já devidos, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

3.12.4. Provisão para sorteios a realizar (PSR)

A provisão é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, considerando a cota de sorteio prevista no plano, mas que na data-base da constituição ainda não tenham sido realizados.

3.12.5. Provisão para sorteios a pagar (PSP)

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do cálculo, atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

3.12.6. Provisão para despesas administrativas (PDA)

A provisão corresponde a diferença entre o valor presente esperado das parcelas referentes aos carregamentos dos pagamentos futuros dos títulos e o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, sendo constituída quando o resultado da diferença for negativo. A PDA foi descontinuada por conta das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024

3.12.7. Provisão de receitas diferidas (PRD)

A provisão foi definida a partir das alterações previstas na Resolução CNSP nº 448/2022, em vigor a partir de 2 de janeiro de 2024, e representa os valores esperados para atendimento da contraprestação a ser oferecida pelas sociedades de capitalização aos titulares dos direitos de resgate e sorteios, sendo constituída para o diferimento da receita das quotas de carregamento dos títulos de capitalização.

3.12.8. Prescrição de títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.





ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

3.13. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.14. Estimativas

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como:

Valor recuperável dos instrumentos financeiros (nota 3.6 e 5) que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários (nota 7), cálculo das provisões técnicas de Capitalização (nota 14), valor das provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (nota 16.1), bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

3.15. Custos de aquisição diferidos

São constituídos para o diferimento dos custos diretos de aquisição, relacionados aos serviços de *call center*, para a venda de títulos comercializados pela Icatu Capitalização. O cálculo considera o valor do custo de aquisição no momento do seu reconhecimento e segue o método *pro rata die* considerando a vigência do título de capitalização.

3.16. Adoção de novas normas e interpretações

3.16.1. Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022

Em 10 de outubro de 2022, a SUSEP publicou a Circular nº 678, que alterou a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revogou o dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012. A Circular entrou em vigor em janeiro de 2024.

A Resolução CNSP nº 448, que alterou a Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021. A Resolução entrou em vigor para o artigo 2º em 2 de janeiro de 2023 e demais artigos em janeiro de 2024.

Dentre as principais alterações trazidas nas normas temos:

i. Adoção do CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 substitui o CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, sendo aplicável a todos os ativos e passivos financeiros, com ajustes retrospectivos nos comparativos. O novo normativo está estruturado para abranger os pilares:

• Classificação e mensuração de ativos financeiros

Enquanto pelo CPC 38 a classificação do ativo financeiro, e conseqüentemente sua mensuração e reflexo no resultado do exercício, dependia exclusivamente da intenção da Companhia, pelo CPC 48, a classificação dos ativos financeiros resulta de uma análise conjunta das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo e do modelo de negócios para a gestão desses ativos. Além disso, as nomenclaturas das classificações aplicáveis foram alteradas para: mensurados subseqüentemente a custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) ou Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

Em relação aos instrumentos financeiros, a Companhia avaliou as classificações dos mesmos e não identificou mudanças significativas, visto que a principal mudança ocorrida está relacionada a classificação dos instrumentos financeiros conforme modelo de negócio.

• Redução ao valor recuperável (impairment)

O CPC 48 trouxe como regra geral que a cada data de balanço, a entidade deve avaliar se o risco de crédito de cada ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Companhia avaliou a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não identificou mudanças na posição patrimonial mediante aos estudos e práticas metodológicas que foram desenvolvidas e aprovadas internamente.

ii. Escrituração contábil das principais operações de capitalização

• Substituição da provisão de despesas administrativas (PDA) pela provisão de receita diferida - PRD

A Resolução CNSP nº 448, substituiu a provisão de despesas administrativas (PDA) pela provisão de receita diferida (PRD), a qual passará a representar as contraprestações a serem oferecidas pelas sociedades de capitalização, sendo constituída para os casos de diferimento das receitas de quotas de carregamento dos títulos de capitalização, conforme metodologia descrita no estudo técnico. O saldo no valor de R\$ 1.296 constante na provisão de despesa administrativa (PDA), na data-base 31 de dezembro de 2023, foi revertido em contrapartida à conta de Lucros acumulados no Patrimônio Líquido.

• Segregação de quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento

A Circular SUSEP nº 648/22 passou a segregar a receita das quotas de capitalização e de sorteio da quota de carregamento. Desse modo, os fatos geradores da receita para as operações de capitalização passam a ser:

I - o recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

II - o atendimento da contraprestação a ser oferecida pela sociedade de capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

Ao término da vigência do título de capitalização, não há diferença no resultado da operação entre os modelos. O que diferencia é a distribuição do resultado no decorrer da vigência do título de capitalização, para os casos em que ocorrer diferimento de receita de carregamento.

Pelo novo modelo, o carregamento é reconhecido conforme a ocorrência da contraprestação aos titulares dos direitos de resgates e sorteios.

As alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022 e a Resolução CNSP nº 448/2022 implicaram em mudanças no modelo contábil das operações de capitalização. Isso demandou a implementação de um novo plano de contas, além da necessidade de parametrização dos sistemas operacionais para conformidade com os requisitos da norma.

3.17. Nova norma ainda não adotada

O normativo a seguir será adotado em períodos posteriores à data destas Demonstrações:

3.17.1 Emenda constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

A Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece as bases para a reforma tributária, unificando, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas cobranças: CBS (federal) e IBS (estadual/municipal).

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, transformando-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta a maior parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que aborda o Comitê Gestor do IBS e a repartição da arrecadação desse tributo, já foi aprovado na câmara dos deputados e aguarda aprovação no Senado.

O Grupo Icatu iniciou, em 2024, um projeto para monitorar a evolução da reforma e seus impactos operacionais, preparando-se para implementar as mudanças conforme as regulamentações forem publicadas pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor.

4. Gestão de risco

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, a empresa consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo da empresa.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, a Companhia adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas as atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

• As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços da Companhia, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

• A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas da Companhia.

• A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu Seguros está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela empresa.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade entre as diferentes áreas e unidades de negócio.

4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

4.1.1. Principais riscos associados

4.1.1.1. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Os ratings em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch*, *S&P* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o rating da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de probabilidade de *default* (PD), *duration* do ativo e taxa de recuperação (LGD), que estima a exposição ao *default*, refletindo o risco da carteira.

4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

Em 31 de dezembro de 2024, R\$ 2.222.260, correspondentes a 79% (R\$ 1.661.683, correspondentes a 59% em 31 de dezembro de 2023) estão alocados em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado.

O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$165.061 (R\$ 161.881 em 31 de dezembro de 2023).

O volume das aplicações em créditos privados detidos diretamente, estava assim distribuído na data-base, de acordo com a classificação das agências de *rating*: *Standard and Poor's*, *Fitch* e *Moody's*. Sempre considerando a classificação mais conservadora dentre as três.

	31/12/2024			31/12/2023		
Rating	CDB	RDB	Total	CDB	RDB	Total
AAA	–	–	12.015	–	–	12.015
AA+	41.922	–	41.922	9.818	51.612	61.430
AA	–	116.124	116.124	–	–	–
AA-	–	–	2.004	–	–	2.004
A+	–	–	30.458	–	–	30.458
A-	–	–	9.557	–	–	9.557
BBB+	10.230	–	10.230	–	–	–
Total	52.152	116.124	168.276	63.852	51.612	115.464

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 241.659 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 899.270 em 31 de dezembro de 2023). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos a suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.1.1.2. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.

Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de mercado é do participante do plano.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.

O Grupo Icatu realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

Este indicador representa a condição da exposição ao risco de mercado que está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a Companhia espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela Companhia, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz de cobrir este choque mínimo.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras é elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: Assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95.

(II) *DV01* (*dólar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade para variação do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas as informações de *VaR* e *DV01*, para a Companhia:

Fatores de risco	31/12/2024			31/12/2023		
	DIV-01 EWMA	VaR	Expo-sição	DIV-01 EWMA	VaR	Expo-sição
Pré-fixado - DI (15)	1	1.825	201.288	(21)	1	2.182
IPCA (326)	1	14.509	462.004	(326)	1	14.351
Ações	1	138	1.622	–	1	73

4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

Uma visão para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório dos fluxos de receitas e despesas operacionais além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).

Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise.

O monitoramento considera o menor indicador no horizonte de 6 meses do percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2024			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	12.795	–	–	12.795
Equivalente de caixa	4.714	–	–	4.714
Aplicações	962.052	255.240	1.575.250	2.792.542
Créditos das operações de capitalização	22	–	–	22
Títulos e créditos a receber	85	97.309	–	97.394
Total de ativos	979.668	352.549	1.575.250	2.907.467
Contas a pagar	66.029	56.504	–	122.533
Provisões técnicas - Capitalização	1.601.882	503.951	537.549	2.643.382
Débitos de operações com capitalização	27.657	–	–	27.657
Depósitos de terceiros	3.052	388	–	3.440
Total de passivos	1.698.620	560.843	537.549	2.797.012

Ativos e passivos	31/12/2023			
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Caixa e bancos	12.874	–	–	12.874
Equivalente de caixa	37.039	–	–	37.039
Aplicações	1.427.193	390.160	983.906	2.801.259
Créditos das operações de capitalização	22	–	–	22
Títulos e créditos a receber	26.936	80.722	–	107.658
Total de ativos	1.504.064	470.882	983.906	2.958.852
Contas a pagar	76.027	55.272	–	131.299
Provisões técnicas – Capitalização	1.517.356	535.929	539.339	2.592.624
Débitos de operações com capitalização	29.300	–	–	29.300
Depósitos de terceiros	893	3.383	–	4.276
Total de passivos	1.623.576	594.584	539.339	2.757.499

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem rápida ou imediata liquidez e podem ser resgatados para fazer face às obrigações, mitigando o risco de liquidez da Companhia. Os títulos mensurados a valor justo por meio do resultado são reconhecidos no ativo circulante devido à ausência de vencimento definido conforme mencionado na nota 3.4.1.3.

4.1.1.4. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu, focando na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a ocorrência de eventos semelhantes.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo Icatu, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornecer subsídios para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de Compliance, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de Compliance, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que todos os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.1.1.5. Risco de subscrição

O risco de subscrição consiste na aceitação dos riscos cujos critérios estejam alinhados com as determinações e o apetite ao risco do Grupo Icatu no desenvolvimento de cada produto.

A área de subscrição de riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na venda de novos títulos, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas.

Os títulos de capitalização têm prazo de vigência de médio e longo prazo. Por isso são utilizadas algumas premissas baseadas nas experiências de persistência da nossa carteira e atuariais para realizar a gestão dos riscos envolvidos.

Os riscos podem ser listados em:

• **Risco de sorteio:** Implica na possibilidade de concentração de risco indevido na comercialização de série aberta que, em caso de premiação, pode impactar a saúde financeira da Companhia.

• **Risco de persistência:** Implica na estimativa da quantidade de parcelas que são pagas pelo cliente durante a vigência do título;

• **Risco da garantia de rentabilidade:** Implica no cumprimento das obrigações da Companhia em relação a garantia de rentabilidade prevista em contrato;

• **Risco das despesas administrativas:** Implica no risco de as receitas decorrentes das cotas de carregamentos serem insuficientes para a cobertura das despesas administrativas.

A Companhia monitora e avalia os riscos por meio de políticas de subscrição e alçadas e adequação das provisões técnicas. O risco de sorteio é monitorado pelo acompanhamento do histograma de risco das séries abertas comercializadas.

A exposição do risco de subscrição é reduzida por meio da análise e acompanhamento da distribuição dos números da sorte com o objetivo de evitar sua concentração.

A arrecadação com títulos de capitalização está distribuída nas regiões geográficas, conforme quadro abaixo:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valores	%	Valores	%
Centro Oeste	207.425	11%	194.940	11%
Nordeste	170.036	9%		



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

O saldo contábil apresenta-se da seguinte forma:

Categoria	31/12/2024	31/12/2023
Ao custo amortizado	291.921	285.405
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	103.887	13.286
Ao valor justo por meio do resultado (VJR)	2.401.448	2.539.607
Total	2.797.256	2.838.298

Circulante	2.401.441	2.539.601
Equivalente de caixa	4.714	37.039
Aplicações financeiras	2.396.727	2.502.562
Não circulante	395.815	298.697
Aplicações financeiras	395.815	298.697

5.1. Custo amortizado

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado que representa 10,44% da carteira em 31 de dezembro de 2024 (10,06% em 31 de dezembro de 2023):

	31/12/2024	31/12/2023
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	199.920	138.291
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	92.001	79.394
Total	291.921	217.685
Não circulante	291.921	217.685

	31/12/2023	31/12/2023
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	191.202	167.588
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	94.203	87.429
Total	285.405	255.017
Não circulante	285.405	255.017

	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em até cinco anos	92.001	94.203
Vencimento acima de cinco anos	199.920	191.202
Total	291.921	285.405

5.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) que representa 3,71% da carteira em 31 de dezembro de 2024 (0,47% em 31 de dezembro de 2023):

	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.752	14.687
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	89.135	101.912
Total	103.887	116.599
Não circulante	103.887	116.599

	31/12/2023	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.752	13.206
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	13.286	13.206
Total	13.286	13.206
Não circulante	13.286	13.206

	31/12/2024	31/12/2023
Vencimento em até cinco anos	14.752	13.286
Vencimento acima de cinco anos	89.135	-
Total	103.887	13.286

5.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado (VJR) que representa 85,85% da carteira em 31 de dezembro de 2024 (89,48% em 31 de dezembro de 2023):

	31/12/2024	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.752	14.687
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	89.135	101.912
Operações compromissadas	103.887	116.599
Recibos de depósitos bancários	103.887	116.599
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB 101% do CDI	43.675	43.675
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB Selic	8.470	8.470
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	7	7
Outras aplicações	(1.051)	(1.051)
Fundos não exclusivos	242.710	242.710
Operações compromissadas - equivalente de caixa Selic	4.714	4.714
Total	2.401.448	2.401.441
Circulante	2.401.441	2.401.441
Não circulante	7	7

	31/12/2023	31/12/2023
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.752	13.206
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	13.286	13.206
Operações compromissadas	13.286	13.206
Recibos de depósitos bancários	13.286	13.206
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB 101% do CDI	54.028	54.028
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB Selic	9.818	9.818
Certificados de depósitos bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	6	6
Outras aplicações	(301)	(301)
Fundos não exclusivos	899.571	899.571
Operações compromissadas - equivalente de caixa Selic	37.039	37.039
Total	2.539.607	2.539.607
Circulante	2.539.601	2.539.601
Não circulante	6	6

	31/12/2024	31/12/2023
Sem vencimento	242.798	899.647
Vencimento em até um ano	723.968	564.585
Vencimento em até cinco anos	1.390.057	1.051.351
Vencimento acima de cinco anos	44.625	24.024
Total	2.401.448	2.539.607

5.4. Movimentação das aplicações financeiras

A seguir, as movimentações das aplicações financeiras por categoria de mensuração:

	VJR	VJORA	Custo amortizado	Total
Saldo em 1º de janeiro 2023	2.229.399	74.883	279.590	2.583.872
(+) Aplicações	1.359.243	-	-	1.359.243
(-) Resgates	(1.333.272)	(72.273)	(16.903)	(1.422.448)
(+) Rendimentos	284.237	7.551	22.718	314.506
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	3.125	-	3.125
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.539.607	13.286	285.405	2.838.298
(+) Aplicações	2.583.201	100.011	-	2.683.212
(-) Resgates	(2.980.956)	(3.013)	(17.299)	(3.001.268)
(+) Rendimentos	259.596	6.395	23.815	289.806
(+/-) Ajuste ao valor justo	-	(12.792)	-	(12.792)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.401.448	103.887	291.921	2.797.256

5.5. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
 - **Nível 2:** inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
 - **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).
- Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total
Custo amortizado	291.921	-	291.921
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	199.920	-	199.920
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	92.001	-	92.001
VJORA	103.887	-	103.887

	31/12/2024		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	89.135	-	89.135
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.752	-	14.752
VJR	1.991.513	409.935	2.401.448

	31/12/2024		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.750.401	-	1.750.401
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	69.732	-	69.732
Letras do Tesouro Nacional - LTN	6.319	-	6.319
Operações compromissadas	160.347	-	160.347
Recibos de Depósitos Bancários - RDB	-	116.124	116.124
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	-	43.675	43.675
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - Selic	-	8.470	8.470
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	-	7	7
Outras aplicações	-	(1.051)	(1.051)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	-	242.710	242.710

	31/12/2024		
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa	4.714	-	4.714
Total	2.387.321	409.935	2.797.256

	31/12/2023		
Custo amortizado	285.405	-	285.405
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	191.202	-	191.202
Notas do Tesouro Nacional - NTN-F	94.203	-	94.203
VJORA	13.286	-	13.286

	31/12/2023		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	13.286	-	13.286
VJR	1.524.873	1.014.734	2.539.607

	31/12/2023		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos			
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.316.066	-	1.316.066
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	8.303	-	8.303
Letras do Tesouro Nacional - LTN	38.623	-	38.623
Operações compromissadas	124.842	-	124.842
Recibos de Depósitos Bancários - RDB	-	51.612	51.612
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - CDI	-	54.028	54.028
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - Selic	-	9.818	9.818
Certificados de Depósitos Bancários a prazo - CDB - bloqueio judicial	-	6	6
Outras aplicações	-	(301)	(301)
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	-	899.571	899.571

	31/12/2023		
Operações compromissadas - classificado como equivalente de caixa	37.039	-	37.039
Total	1.823.564	1.014.734	2.838.298

5.6. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e swap contratados em mercado de balcão organizado:

Ativo - não circulante	01/01/2023	Consti-tuição	Realização/ reversão	31/12/2023	Consti-tuição	Realização/ reversão	31/12/2024
Imposto de renda diferido	28.018	30.471	(31.631)	26.858	25.102	(30.453)	21.507
Ativo - diferenças temporárias	19.192	15.391	(12.990)	21.593	10.294	(13.558)	18.329
Passivo - ajuste de TVM	762	5.347	(6.109)	-	6.109	(2.931)	3.178
Prejuízos fiscais	8.064	9.733	(12.532)	5.265	8.699	(13.964)	-
Contribuição social diferida	12.386	18.640	(18.070)	12.956	9.842	(9.894)	12.904
Ativo - diferenças temporárias	11.515	9.234	(7.793)	12.956	6.176	(8.135)	10.997
Passivo - ajuste de TVM	457	3.208	(3.665)	-	3.666	(1.759)	1.907
Base negativa	414	6.198	(6.612)	-	-	-	-
Total	40.404	49.111	(49.701)	39.814	34.944	(40.347)	34.411

Passivo - não circulante	01/01/2023	Consti-tuição	Realização/ reversão	31/12/2023	Consti-tuição	Realização/ reversão	31/12/2024
Imposto de renda diferido	10.749	173.193	(165.660)	18.282	(359)	(17.923)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	6.149	(6.129)	20	615	(635)	-
IR debêntures incentivadas	10.749	167.044	(159.531)	18.262	(974)	(17.288)	-
Contribuição social diferido	-	3.689	(3.677)	12	369	(381)	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	-	3.689	(3.677)	12	369	(381)	-
Total de débitos fiscais diferidos	10.749	176.882	(169.337)	18.294	10	(18.304)	-
Total de créditos e débitos diferidos	29.655	(127.771)	119.636	21.520	34.934	(22.043)	34.411

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados de prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, provisões de PIS e COFINS diferidos, redução ao valor recuperável, atualização de depósitos judiciais e provisão para participações nos lucros e resultados (PLR). Os débitos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Com o fim da vigência da Medida Provisória (MP) nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689 de 1988, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL de 16% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01 de janeiro de 2023.

Conforme Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, a Companhia realizou estudo aprovado pela administração indicando que a projeção de resultados aponta para a apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa contabilizados em 31 de dezembro de 2023 e 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e/ou base negativa e diferenças temporárias:

	2024*	2025	2026	2027	2028	2029	2030 a 2033	Total
Diferenças temporárias - 2024 a 2033	5.223	1.892	1.528	1.768	2.094	2.463	19.581	29.326
2024*	5.223	-	-	-	-	-	-	5.223
2025	-	1.892	-	-	-	-	-	1.892



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

12. Débito das operações de capitalização

Os débitos das operações de capitalização estão classificados no passivo circulante e são compostos pelos valores a pagar de comissões e débitos relacionados a comercialização de produtos de capitalização.

	31/12/2024	31/12/2023
Excedente financeiro	19.193	21.691
Comissões e pró-labore a pagar	4.604	3.765
Outros débitos	3.860	3.844
Total	27.657	29.300

13. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para a Companhia, cujas propostas encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	Saldos em 01/01/2024	Constituições	Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2024
Provisão matemática para capitalização	2.029.033	1.635.430	(1.721.840)	138.668	2.081.291
Provisão para resgate de títulos antecipados	213.348	712.328	(672.459)	1.904	255.121
Provisão para resgate de títulos vencidos	161.078	993.392	(981.507)	1.585	174.548
Provisão para distribuição de bônus	19.124	976	(10.124)	469	10.445
Provisão para resgates	2.422.583	3.342.126	(3.385.930)	142.626	2.521.405
Provisão para sorteios a realizar	9.279	94.015	(93.447)	(173)	9.674
Provisão de sorteios a pagar	153.702	91.855	(137.059)	1.942	110.440
Provisão para sorteios	162.981	185.870	(230.506)	1.769	120.114
Provisão para despesas administrativas	7.060	-	(7.060)	-	-
Provisão de Receitas Diferidas	-	9.343	(7.480)	-	1.863
Outras provisões	7.060	9.343	(14.540)	-	1.863
Total	2.592.624	3.537.339	(3.630.976)	144.395	2.643.382

	Saldos em 01/01/2023	Constituições	Amortizações	Atualização monetária	Saldos em 31/12/2023
Provisão matemática para capitalização	1.927.120	1.556.038	(1.607.537)	153.412	2.029.033
Provisão para resgate de títulos antecipados	165.229	677.594	(632.680)	3.205	213.348
Provisão para resgate de títulos vencidos	133.117	919.177	(893.767)	2.551	161.078
Provisão para distribuição de bônus	27.591	936	(10.385)	982	19.124
Provisão para resgates	2.253.057	3.153.745	(3.144.369)	160.150	2.422.583
Provisão para sorteios a realizar	9.828	80.512	(80.706)	(355)	9.279
Provisão de sorteios a pagar	155.808	78.193	(83.228)	2.929	153.702
Provisão para sorteios	165.636	158.705	(163.934)	2.574	162.981
Provisão para despesas administrativas	6.543	3.435	(2.918)	-	7.060
Outras provisões	6.543	3.435	(2.918)	-	7.060
Total	2.425.236	3.315.885	(3.311.221)	162.724	2.592.624

16. Provisões judiciais, obrigações fiscais e depósitos judiciais

16.1. Provisões judiciais

Refere-se ao valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis, trabalhistas e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS.

As provisões judiciais estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	Causas cíveis					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	71	2.488	2.488	71	2.247	2.247
Possível	174	9.301	-	148	7.980	-
Remota	1	2	-	4	57	-
Total	246	11.791	2.488	223	10.284	2.247

Probabilidade de perda	Causas trabalhistas					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	14	434	434	5	320	320
Possível	33	2.504	-	24	1.030	-
Remota	-	-	-	-	-	-
Total	47	2.938	434	29	1.350	320

Probabilidade de perda	Causas fiscais					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	7	3.197	3.197	7	1.184	1.184
Possível	21	21.873	-	29	40.304	-
Remota	2	27.540	-	2	24.925	-
Total	30	52.610	3.197	38	66.413	1.184
Total Geral	323	67.339	6.119	290	78.047	3.751

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Saldo em 01/01/2023	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2023	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Cíveis	2.301	1.441	23 (1.518)	2.247	1.055	(222)	2.488
Trabalhistas	599	135	28 (442)	320	136	6 (28)	434
Fiscais	1.069	-	115 -	1.184	4.480	(2.346)	3.919
Total	3.969	1.576	166 (1.960)	3.751	5.671	(2.562)	6.119

16.3. Depósitos judiciais e fiscais

Estão classificados no ativo não circulante e são compostos como segue.:

	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	959	940
Trabalhistas	83	-
Fiscais	61.856	58.262
Total depósitos judiciais	62.898	59.202

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	58.262	54.183
Baixas	(100)	-
Atualização monetária	3.694	4.079
Saldo final	61.856	58.262

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado de R\$ 211.484 é representado por 810.894.586 ações ordinárias em ambas as datas.

17.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, as reservas de lucros de R\$ 23.782 (R\$ 74.736 em 31 de dezembro de 2023), são compostas por:

(I) A reserva legal de R\$ 8.520 é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social ou 30% da reserva legal mais as reservas de capital, conforme legislação em vigor.
(II) A reserva estatutária de R\$ 15.262 (R\$ 60.970 em 31 de dezembro de 2023) contém o montante da reserva estatutária especial, e sua constituição contém o lucro líquido de cada exercício social, após as destinações para reserva legal e dividendos, quando aplicáveis, observando os limites legais de teto, e tem como objetivo, principalmente, a expansão de negócios, como a aquisição de balcões de vendas, carteiras de produtos, empresas e investimentos em tecnologia.

17.3. Distribuição de resultados e política anual de distribuição de dividendos

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A distribuição dos resultados dos anos de 2024 e de 2023 foram da seguinte forma:

	2024	2023
Lucro líquido no ano	84.830	45.624
Constituição de reserva legal	(4.242)	(2.281)
Base para distribuição de dividendos	80.588	43.343
Dividendos pagos e propostos no exercício	134.488	10.836
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	166,88%	25,00%
Destinação à Reserva legal	4.242	2.281
Destinação à Reserva de lucros	16.558	32.507

17.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Nessa rubrica registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), relativos a títulos próprios, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica de créditos tributários. O saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.631 (R\$ 43 em 31 de dezembro de 2023), líquidos dos tributos.

17.5. Patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021 e suas alterações posteriores, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

a) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1;
b) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
c) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

14.1. Análise de sensibilidade - capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: riscos de subscrição e taxa de juros, que impactariam significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

I) Para os riscos de subscrição, um teste de aumento e redução dos valores sorteados em 8%, definido com base na experiência dos últimos 5 anos de observação;

II) Para a taxa de juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ). Este teste apresentou impacto nulo.

Variável	Premissas	Efeito bruto no resultado e no patrimônio líquido	
		31/12/2024	31/12/2023
Resultado sorteio	Aumento de 8% nos valores sorteados	(5.511)	(7.037)
Resultado sorteio	Redução de 8% nos valores sorteados	5.511	7.037

15. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões técnicas - capitalização:	2.643.382	2.592.624
Total a ser coberto	2.643.382	2.592.624
Ativos vinculados à cobertura de reservas		
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	2.307.320	1.755.836
Quotas de fundos de investimento - não exclusivos	242.710	899.571
Recibo de depósito bancário	116.124	51.612
Certificados de depósito bancário a prazo - CDB	52.145	63.846
Equivalente de caixa	4.714	37.039
Total dos ativos vinculados	2.723.013	2.807.904
Bloqueio Judicial - CDB	7	6
Total de aplicações	2.723.020	2.807.910
Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva	79.631	215.280

(a) Os títulos mensurados ao custo amortizado são apresentados pelo valor de mercado, sendo R\$ 74.236 menor que o valor contábil (R\$ 30.388 menor que o valor contábil em 31 de dezembro de 2023) (nota 5.1).

16.2. Outras contas a pagar - obrigações fiscais

No grupo "outras contas a pagar" são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição abaixo:

	Saldo em 01/01/2024	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2024
COFINS (a)	39.778	2.430	42.208
PIS (a)	6.567	400	6.967
Total - Obrigações Fiscais	46.345	1.426	49.175

	Saldo em 01/01/2023	Atualização Monetária	Saldo em 31/12/2023
COFINS (a)	36.830	2.948	39.778
PIS (a)	6.083	484	6.567
Total - Obrigações Fiscais	42.913	3.432	46.345

(a) Temos as seguintes discussões relacionadas a PIS/COFINS:

- Lei 9.718/98 (tese ampla) - nº00115037320054025101 - Pasta: 004700-7 - Período: fevereiro de 1999 em diante - Decisões de primeira e segunda instâncias desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).
- Lei 12.973/14 - ativo livre - nº00886702020154025101 - Pasta: 017032-1 - Período: janeiro de 2015 em diante - Decisões de primeira e segunda instâncias desfavoráveis. Aguardando julgamento do recurso especial e extraordinário - Suspensão por Recurso Extraordinário com repercussão geral - Tese 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras).
- Lei 12.973/14 - prescrição - nº00871494020154025101 - Pasta: 017021-6 - Período: janeiro de 2015 em diante - Decisões de primeira e segunda instâncias desfavoráveis. No prazo para protocolo dos recursos especial e extraordinário.

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais:

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Majoração de alíquota (a)	7.380	6.859	45.785	42.208	53.165	49.067
Alargamento da base (b)	110	108	-	-	110	108
Saldo total 31/12/2024	7.490	6.967	45.785	42.208	53.275	49.175

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
Majoração de alíquota (a)	7.157	6.464	44.403	39.778	51.560	46.242
Alargamento da base (b)	107	103	-	-	107	103
Saldo total 31/12/2023	7.264	6.567	44.403	39.778	51.667	46.345

(a) PIS/COFINS - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014;

(b) PIS - Sobre as receitas brutas operacionais de jul/97 em diante - Emenda Constitucional nº 17/1997 e PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.

18. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (a) (b)	-	-	(22.446)	(36.000)	44.396	35.256	-	(7.185)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (b) (*)	-	-	-	-	53.783	13.097	-	-

ICATU
CAPITALIZAÇÃOICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

19. Carregamento

Os principais produtos comercializados pela Companhia, de acordo com as notas técnicas aprovadas pela SUSEP, possuem as seguintes taxas de carregamento:

31/12/2024				
Produto	Processo	% de carregamento	Taxa de juros	Índice de correção
PU932IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR
PM564T	15414.901693/2019-83	10,38%	0,5% a.m.	TR
PU577IG	15414.901276/2018-50	8,06%	0,5% a.m.	TR
PM540T	15414.901667/2019-55	17,42%	0,5% a.m.	TR
PM526T	15414.901665/2019-66	8,06%	0,5% a.m.	TR

31/12/2023				
Produto	Processo	% de carregamento	Taxa de juros	Índice de correção
PU577IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR
PU932IG	15414.901276/2018-50	5,79%	0,5% a.m.	TR
PM540T	15414.901667/2019-55	17,42%	0,5% a.m.	TR
PM564T	15414.901693/2019-83	10,38%	0,5% a.m.	TR
PM526T	15414.901665/2019-66	8,06%	0,5% a.m.	TR

20. Comercialização

O índice de custo de comercialização está representado por modalidade de pagamento, da seguinte forma:

Índice de comercialização	% Comercialização	
	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de pagamentos únicos (PU)	2,18%	2,52%
Títulos de pagamentos mensais (PM)	17,93%	13,79%

21. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

21.1. Receitas líquidas com títulos de capitalização

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição - Quotas de capitalização e sorteio*	1.679.938	1.596.975
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos	1.702.720	1.618.631
Devolução e cancelamento	(22.782)	(21.657)
Contribuição - Quotas de carregamento*	274.108	261.086
Títulos de capitalização emitidos e/ou recebidos	276.969	263.807
Devolução e cancelamento	(2.861)	(2.721)
Varição da provisão - receita diferida*	6.492	(516)
Reversão da Provisão da receita diferida	7.650	2.918
Varição da Provisão da Receita Diferida	(1.158)	(3.434)
Total	1.960.538	1.857.545

*Em virtude da entrada em vigor da Circular SUSEP nº 678/2022 e Resolução CNSP 448/2022 em janeiro de 2024, realocamos os saldos de 2023 para adequação da divulgação de acordo com as novas aberturas requeridas, seguindo as orientações da SUSEP. Maiores detalhes podem ser vistos na nota 3.15.1.

21.2. Variação das provisões de resgate

	31/12/2024	31/12/2023
Constituição da provisão para resgate	(1.625.040)	(1.541.510)
Despesas com resgate	(12.690)	(9.558)
Reversão da provisão para resgate	40.065	28.503
Varição de provisão para distribuição de bônus	965	2.608
Varição de provisão despesas administrativas	-	(516)
Total	(1.596.700)	(1.520.473)

21.3. Resultado com sorteios

	31/12/2024	31/12/2023
Reversão da provisão para sorteio	93.447	80.706
Constituição da provisão para sorteio	(94.015)	(80.512)
Despesas Com títulos sorteados	(92.162)	(78.428)
Total	(92.730)	(78.234)

21.4. Custo de aquisição - capitalização

	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de corretagem	(114.175)	(115.461)
Despesas de remuneração performance mensal	(10.642)	(6.478)
Despesas de custeamento de vendas	(5.821)	(11.354)
Varição despesa de comercialização diferida	(6.800)	(8.236)
Total	(137.438)	(141.529)

21.5. Outras receitas e despesas operacionais - capitalização

	31/12/2024	31/12/2023
Receita com resgate de título	11.007	11.166
Receita com prescrição de título	101.900	47.391
Despesas com provisões	(295)	(158)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(21.350)	(24.459)
Total	91.262	33.940

21.6. Despesas administrativas

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal próprio	(115.797)	(122.085)
Serviços de terceiros	(19.241)	(28.090)
Localização e funcionamento	(42.458)	(37.304)
Publicidade e propaganda	(10.086)	(11.128)
Outras despesas administrativas	(1.825)	(824)
Total	(189.407)	(199.431)

21.7. Despesas com tributos

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos*	(970)	(8.436)
COFINS	(16.077)	(13.917)
PLS	(2.612)	(2.262)
Taxa de fiscalização	(1.765)	(1.527)
Outras despesas com tributos	(261)	(201)
Total	(21.685)	(26.343)

*A linha correspondente a despesa com impostos está com o efeito do reconhecimento de créditos tributários de IRRF a recuperar apurados no primeiro semestre de 2024, referente ao período de julho/2019 a dezembro/2023.

21.8. Resultado financeiro

	31/12/2024	31/12/2023
Categoria - VJORA	6.395	13.801
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	6.395	13.801
Categoria - custo amortizado	23.815	22.718
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	23.815	22.718
Categoria - VJR	262.673	291.240
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	262.673	291.240
Outras receitas financeiras	5.203	-
Total - Receitas financeiras	298.086	327.759
Categoria - VJR	(3.077)	(7.003)
Quotas de fundos de investimento - exclusivos	(3.077)	(7.003)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(144.395)	(162.724)
Outras despesas financeiras	(4.658)	(7.418)
Total - Despesas financeiras	(152.129)	(177.145)
Total	145.957	150.614

22. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O imposto de renda da pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	159.797	159.797	76.089	76.089
Participações nos lucros e resultados	(24.116)	(24.116)	(23.187)	(23.187)
Resultado antes dos impostos	135.681	135.681	52.902	52.902
ADIÇÕES	59.048	56.839	56.918	53.276
Adição permanente	53	53	248	248
Doações e patrocínios indedutíveis	725	725	-	-
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	6.611	6.611	4.243	4.243
Outras provisões	9.316	7.107	17.517	13.875
Participações nos lucros e resultados	39.513	39.513	31.478	31.478
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	2.830	2.830	3.432	3.432
Tributos e Contribuições em quest. judicial	-	-	(97.149)	(43.422)
EXCLUSÕES	(81.649)	(67.524)	(97.149)	(43.422)
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(4.243)	(4.243)	(4.461)	(4.461)
Outras provisões	(38.754)	(24.629)	(58.554)	(4.827)
Tributos e contribuições em quest. judicial	(3.667)	(3.667)	(4.071)	(4.071)
Participações nos lucros e resultados	(34.985)	(34.985)	(30.063)	(30.063)
Resultado ajustado	113.080	124.996	12.671	62.756
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	(21.056)	-	(3.801)	(2.760)
Lucro após as compensações	92.024	124.996	8.870	59.996
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15% + 1%	15% 10%	15% + 1%
Despesas com IRPJ/CSLL	(21.615)	(18.749)	(1.198)	(6.707)
Reversão da provisão de créditos tributários	(8.528)	(1.959)	(400)	1.027
Despesas com IRPJ/CSLL	(30.143)	(20.708)	(1.598)	(5.680)
Alíquota efetiva - resultado antes dos impostos	3%	6%	6%	-11%

*Na apuração do IRPJ é excluída da base de cálculo a receita financeira com debêntures incentivadas de Infraestrutura (Lei 12.431/2011).

23. Comitê de auditoria

Em atendimento à legislação em vigor, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros S.A.. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 31 de dezembro de 2024 da Icatu Seguros S.A.

Conselho de administração

Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luís Antonio Nabuco de Almeida Braga
Luciano Snel Corrêa

Diretoria

Diretor Presidente

Luciano Soares

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi
César Luiz Salazar Saut
Marcio de Moraes Palmeira

Contador

Ivandro de Almeida Oliveira
CRC RJ 076.168/O-7

Atuária

Lígia Guedes de Abreu
MIBA nº 1394

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões técnicas de capitalização

Veja as Notas 3.12 e 14 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.12 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui provisões técnicas relacionadas a contratos de capitalização sendo as principais: Provisão para Resgates ("PR") e Provisão para Sorteios a Realizar ("PSR"). A PR é mensurada com base em metodologia que considera a aplicação do percentual de quotas, definidas nas condições gerais dos produtos, sobre os valores arrecadados no período, incluindo a incidência de juros e atualização monetária. A PSR é constituída para cobrir os sorteios não realizados mas que já foram custeados. Portanto, requer julgamento da Companhia na determinação de metodologias e premissas que incluem, entre outras, estimativas de fluxos da provisão de sorteios a realizar e taxas de juros. Devido à relevância quantitativa das referidas provisões técnicas e o impacto que eventuais mudanças nas premissas de cálculo da PSR poderiam causar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como a auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da PR e da PSR.
- conciliação das bases de dados operacionais suporte da PR e PSR com os respectivos saldos contábeis.
- recálculo, com base em amostragem, da PR de acordo com as condições contratuais.
- teste, com base em amostragem, da precisão das bases de dados operacionais utilizadas no cálculo da PSR, por meio do confronto dos dados utilizados com os respectivos contratos.
- com o auxílio técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos as metodologias, a consistência dos dados, a atualização monetária e as taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSR, bem como efetuamos o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais.
- Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideraram as informações relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem



ICATU CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ 74.267.170/0001-73

www.icatuseguros.com.br
Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º andares
Santo Cristo - Rio de Janeiro - CEP: 20220-297

Parecer dos atuários independentes

Aos Administradores e Acionistas da
Icatu Capitalização S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Escopo da Auditoria Atuarial

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2024, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Icatu Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Icatu Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Icatu Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP.

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2025.

Daniela Sedel
Atuária MIBA 1721
KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda.
CIBA 48
CNPJ: 02.668.801/0002-36
Rua do Passeio, nº 38
20021-290
Rio de Janeiro – RJ – Brasil



Anexo I
Icatu Capitalização S.A.
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas	31/12/2024
Total de provisões técnicas auditadas	2.643.382
2. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2024
Capital Base (a)	10.800
Capital de Risco (CR) (b)	62.284
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	62.284
3. Demonstrativo da Solvência	31/12/2024
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	95.809
Ajustes Econômicos do PLA	(37.561)
Exigência de Capital (CMR) (b)	62.284
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	33.525
Ativos Garantidores (d)	2.723.013
Total a ser Coberto (e)	2.643.382
Suficiência/ (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	79.631



JORNAL DIÁRIO
COMERCIAL
LTDA:33270067000103

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,
que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link <https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal/>

